

**A EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA NA ANTIGA SANTA TERESA DO PARUÁ:
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O COMUNITARISMO E O MODELO
DEDESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

Andrea Fernandes de Sousa¹

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre o processo que culminou no modelo de desenvolvimento comunitário adotado pelos moradores da antiga Santa Teresa do Paruá, atualmente, Presidente Médici/MA. O tema se baseia na pesquisa que desenvolvi na minha dissertação de mestrado a qual se propôs reconstruir a história do Colégio Santa Teresa – um espaço de educação comunitária, que ficou conhecido por oferecer dentre outros benefícios, um ensino de qualidade, se destacando pelos métodos de ensino, baseados na autonomia dos sujeitos e no pensamento reflexivo. O estudo revelou que, a comunidade, estimulada pela percepção progressista do Pe. comboniano português, Armindo Dinis, encontrou no trabalho comunitário, a oportunidade de sua transformação social. E foi com vistas a ele, que se desenrolou por volta das décadas de 1970 e 1980, o conjunto de ações responsáveis pela construção de várias e importantes obras comunitárias, dentre elas, o Colégio Santa Teresa. Por outro lado, demonstrou que os ideais comunitários se encontram atualmente enfraquecidos. Desse modo, há também o interesse em analisar e discutir sobre os desafios e dilemas que essa experiência representou para a referida comunidade ao longo dos tempos. Para desenvolver este estudo, fez-se uso da revisão bibliográfica e da metodologia de História Oral (com o uso de entrevistas, ouvindo e analisando dados de pessoas que de alguma forma, vivenciaram sobre o tema desta pesquisa).

Palavras-chave: Comunidade. Desenvolvimento Comunitário. Transformação Social. Desafios e Dilemas.

1 INTRODUÇÃO

Este tema está relacionado com a pesquisa que desenvolvi em 2016, no curso de pós-graduação (Mestrado em Educação pela UMESp). Os caminhos que me conduziram à dissertação se cruzam diretamente com as minhas vivências, em Santa Teresa do Paruá.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESp (2016).
Revista Bibliomar, São Luís v. 15, n. 1/2, jan./dez. 2016

As informações obtidas sobre a história do lugar permitiram constatar que a comunidade, de maioria analfabeta e que vivia essencialmente da atividade agrícola familiar, numa época em que dispunha de poucos recursos materiais para a sua sobrevivência, aderiu ao ideal comunitário, e no final da década dos anos de 1970, criou as bases de um modelo de desenvolvimento, alterando significativamente suas vidas.

O objetivo foi o de explorar o processo que culminou nesse modelo de desenvolvimento comunitário, buscando compreender ao mesmo tempo, tanto as razões de sua origem, quanto às causas que provocaram a fragilização dos vínculos e a consequente redução das relações e práticas comunitárias.

Optei em fazer um estudo das impressões dos moradores e teorias que versam sobre o recorte em questão. Nesse caso, fiz uso da Metodologia de História Oral. A opção metodológica se justificou pela necessidade de enriquecer e ampliar o conhecimento acerca da realidade estudada. Quanto à utilização dos relatos, o fiz de acordo com as intenções e os objetivos pelos quais se estabeleceu e se definiu a obtenção e a coleta dos mesmos. Conforme explica Queiroz (1991, p. 4), “o pesquisador utilizará em seu trabalho, as partes do relato que sirvam aos objetivos fixados, destacando os tópicos que considerar úteis [...]”.

Busquei nos estudos de Queiroz (1972), Bauman (2003), Fernandes (1972), Brancaleone (2003) e Manhães (1987), algumas concepções e posicionamentos teóricos que versam a respeito desse tema. Contudo, não tive a intenção de longa explicação dos usos e as formas de emprego do termo e das variações sofridas ao longo da história, porém, mantive o foco nas questões que puderam ajudar a contextualizar e problematizar a realidade estudada.

Na nota prévia, que se antecede a introdução do livro *Comunidade e sociedade no Brasil*, Fernandes (1972), fala sobre a importância do trabalho sociológico com a finalidade de estudar as formações sociais em seus diferentes modos de ser, pois, são nelas que homens e mulheres tecem e projetam os sentidos e significações de sua existência.

As civilizações não se perpetuam nem se transformam automaticamente. Elas se perpetuam ou se transformam mediante a atuação coletiva dos seres humanos. Por isso, a 'comunidade' e a 'sociedade' representam as unidades mais complexas do ensino da sociologia. Elas congregam os homens, combinando e absorvendo instituições, grupos e camadas sociais. Ao mesmo tempo saturam a sua existência, a sua consciência e a suas orientações sociais de interesses, símbolos e valores de significados coletivos. Nesse sentido, revelam as forças de estabilidade ou de mudança que agitam as civilizações, conduzindo-as à estagnação, à desagregação ou à evolução. (FERNANDES, 1972, p. 13).

Conhecer como se dão esses tipos de formações sociais, seu nascimento, desenvolvimento, transformações, a evolução em algumas circunstâncias e o seu

desaparecimento em outras, é, em minha opinião, a maneira mais sensata e coerente de refletir a respeito de uma das questões que esta pesquisa propôs como problema: por que a comunidade de Santa Teresa do Paruá, não conseguiu preservar e estimular o espírito comunitário, que possibilitou uma pequena vila, em tempos difíceis, criar, por exemplo, uma educação popular de qualidade? Somente esse exercício de investigação sobre os agentes imbricados no processo das dinâmicas e mudanças sociais, concede a possibilidade de entender melhor aspectos dos fenômenos da própria realidade.

Assim, acredito ser necessária uma apresentação das características que possam aproximar o leitor de uma conceituação de comunidade. E espera-se que a partir dessa compreensão, seja possível identificar os significados, os desafios e dilemas presentes na construção da vida comunitária, estabelecendo uma relação com a experiência vivenciada pela comunidade de Santa Teresa.

2 A CONSTRUÇÃO DA VIDA COMUNITÁRIA: SIGNIFICAÇÕES, DESAFIOS E DILEMAS

Em seu estudo sobre o povoado de Santa Brígida, Queiroz (1972), ao fazer uso do termo comunidade, baseou-se em uma das definições apresentadas no Dicionário de Sociologia, por Willems (1950), segundo a qual, o sentido de comunidade é o de “grupo local altamente integrado, em que predominam contatos primários, sendo a cultura tradicional homogênea [...]. Em oposição, a ‘sociedade’ seria termo mais amplo que a englobaria” (QUEIROZ, 1972, p. 61).

A homogeneidade não passou despercebida para Bauman (2003, p. 18) que a respeito dela, ponderou:

A unidade da comunidade, como diria Redfield, ou a ‘naturalidade’ do entendimento comunitário, como preferiria Tönnies, são feitas do mesmo estofa: de homogeneidade, de mesmidade. Essa mesmidade encontra dificuldades no momento em que suas condições começam a desabar: quando o equilíbrio entre a comunicação ‘de dentro’ e ‘de fora’, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’. A mesmidade se evapora quando a comunicação entre os de dentro e o mundo exterior se intensifica e passa a ter mais peso que as trocas mútuas internas. (BAUMAN, 2003, p. 18).

Para o autor a interação que dantes vigorava em mais alto grau de sintonia e solidez, e que afinada com a proximidade embasava as relações da vida em comunidade, será minada e liquefeita na sociedade pós-moderna.

A proximidade já não garante a intensidade da interação; e o que é mais grave, não se pode confiar na duração de qualquer interação que surja na base da proximidade. [...] Acima de tudo, sobrou pouco de sua outrora poderosa capacidade de geração de comunidade. A percepção da injustiça e das queixas que ela faz surgir, como tantas outras coisas nestes tempos de desengajamento que definem o estágio “líquido” da modernidade, passaram por um processo de individualização. Supõe-se que os problemas sejam sofridos e enfrentados solitariamente e são especialmente inadequados à agregação numa comunidade de interesses à procura de soluções coletivas para problemas individuais. (BAUMAN, 2003, p. 79).

No artigo intitulado *Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies*, Brancaleone (2008) propõe a realizar conforme ressalta um resgate pontual de duas categorias presentes na mais conhecida obra de Tönnies (1887), “Comunidade e Sociedade”, que no século XIX se dedicou em estudar a sociabilidade partindo do pressuposto de que comunidade e a sociedade se tratavam de duas unidades sociais, ambas com formatos distintos. Tornou-se um expoente da separação entre as duas formações sociais, destacando em seus estudos, a diferença que consistia entre elas.

[...] quando configurada predominantemente pela vontade natural, seria caracterizada como comunidade (*gemeinschaft*). [...] uma união de homens edificada predominantemente pela vontade arbitrária, por sua vez, seria denominada como sociedade (*gesellschaft*). [...]. Quando orientado pelo primeiro tipo de vontade, o grupo social (a união) seria concebido pelos agentes em interação como entidade natural e durável. Quando pela segunda, como entidade artificial e mutável, submetida aos interesses individuais [...]. Para Tönnies, uma teoria da comunidade teria que adensar fundamentalmente sua raiz nas disposições gregárias estimuladas pelos laços de consanguinidade e afinidade (sejam relações “verticais”, entre pais e filhos, ou “horizontais”, entre irmãos e vizinhos), se caracterizando pela inclinação emocional recíproca, comum e unitária (BRANCALEONE, 2008, p. 2- 3).

Sendo assim, a oposição entre comunidade e sociedade se evidenciada na maneira como estas se situavam espacialmente, e na forma como se davam às relações interpessoais, a primeira assentada no campo, apresentava uma população altamente integrada, vivendo em regime de coletividade, de trocas humanas solidárias, enquanto a segunda, essencialmente urbana, demonstrava o lado reverso da outra, movida pela individualidade fria, propunha o distanciamento das práticas que visavam o interesse comum e num nível cada vez mais elevado.

No contexto da história brasileira, o surgimento das pequenas comunidades, ocorreu em função dos infortúnios a que seus membros estavam submetidos. Isto favoreceu as inúmeras experiências comunitárias sobre as quais, Fernandes (1972) fez observações muito pertinentes quanto à origem, ao reconhecimento tanto das particularidades, quanto também das similaridades.

Em toda a parte, a pequena comunidade, assim constituída, afirmava-se como um bastião de autonomia da pobreza e de autoproteção dos pobres (inclusive quando eles tinham origem escrava e formavam comunidades de “negros fugidos”). [...]. Em toda a parte, essa pequena comunidade apresenta traços estruturais e dinâmicos análogos, preservando seu equilíbrio demográfico, social e cultural graças ao contexto agrário da civilização e apesar de intercâmbios fortuitos ou permanentes com a economia do mercado (FERNANDES, 1972, p. 47).

O contexto de formação social da antiga Santa Teresa do Paruá, não se mostrou muito diferente do que visto em outras formações sociais pequenas, caracteristicamente rurais e que sem acesso aos serviços básicos do governo ou de políticas públicas, encontrou na proximidade parental, nos laços de solidariedade vicinal e nas práticas do serviço comunitário, uma forma de resistirem e enfrentarem os desafios da vida social.

Comprometido com as questões sociais, econômicas e religiosas, o Pe. Dinis logo sugeriu aos moradores que sem desenvolver o pensamento, alimentar-se de conhecimento, seria inviável o processamento das transformações sociais profundas as quais almejavam. E a alternativa viável era junto de outras ações como cooperativas, clube de mães e centro comunitário a de construir um colégio, que pudesse oferecer um ensino comunitário acessível e de qualidade para a comunidade.

A relativa distância e dificuldade de acesso aos grandes centros urbanos e a ausência dos investimentos do governo, não apontou outro caminho que não o dos mutirões e do trabalho coletivo. É o que descrevem os Irmãos Lassalistas Wollmann e Thiel, nas primeiras informações registradas mediante a observação que fizeram sobre a realidade local de Santa Teresa.

Belo hábito da cultura local era o do trabalho em mutirão. Cada um contribuía gratuitamente com alguns dias de labor para benefícios de todos. Assim era comum ver gente em fila carregando na cabeça pedras para os fundamentos e edificações para uso da comunidade: a escola, a igreja, o salão comunitário, o hospital e a maternidade. (WOLLMANN; THIEL, 2000, p. 92).

Como a época referida é a qual estava em vigor o projeto da Companhia de Colonização do Nordeste, na Região do Alto Turi, onde está situada Santa Teresa do Paruá, é importante lembrar que esse órgão foi pouco atuante na área III, com reduzida prestação de serviços, embora esta estivesse oficialmente dentro de sua área de cobertura.

Ainda que a atuação da Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), em Santa Teresa do Paruá, tenha sido pouco expressiva, já que esta estava inserida na área III, é interessante citar o que Manhães (1987), um técnico da companhia, que trabalhou nessa região, destaca em sua dissertação de mestrado, sobre um programa adotado pela

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), idealizado em nível internacional, voltado para os países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, tendo como base o desenvolvimento centrado nos fundamentos da ideologia comunitária.

De acordo com o autor, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi claramente influenciada por essa ideia, chegando a incorporá-la ao seu plano de metas. E, criou em 1965 a Divisão de Ação Comunitária (DAC) que “representou o primeiro programa de âmbito regional orientado pelas propostas de Desenvolvimento de Comunidade” (MANHÃES, 1987, p. 125).

Quanto a essa proposta, o autor tece uma crítica à maneira como o capitalismo se apropriou do conceito “idôneo” de comunidade para transformá-lo em uma estratégia de exploração velada das classes marginalizadas ou dos países subdesenvolvidos. Para Manhães (1987, p. 123) tal “proposta não [...] considera [...] as estruturas responsáveis pela desigualdade social, encobrendo as contradições através da noção, aparentemente neutra, de comunidade, onde a mística da ‘autoajuda’ ou do ‘esforço comunitário’ é considerada como condição necessária para a realização das mudanças locais”.

Em seu estudo, Manhães (1987) constatou ainda que na Região do Alto Turi, a eficácia do trabalho proposto com a criação da Divisão de Ação Comunitária (DAC), desde 1965, pela superintendência do desenvolvimento e pela sucessora Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), não foi efetivada, conforme previsto no plano de metas.

É bom lembrar que desde 1965, com a criação da Divisão de Ação Comunitária, a SUDENE trabalha na área de colonização procurando formar lideranças entre os nucleados através de cursos e reuniões comunitárias. No entanto, sabemos que os próprios documentos oficiais questionam essas lideranças indicando, inclusive, que estas se achavam mais próximas da direção do Projeto do que dos colonos.
[...] Atividades foram sendo realizadas de forma improvisada e irregular e não encontramos, anos mais tarde, nenhuma prova concreta do cumprimento com estas metas (MANHÃES, 1987, p. 149-154).

Em relação às estratégias educacionais, vinculadas à proposta da Ação Comunitária da Região do Alto do Turi, Manhães (1987, p. 300-301) avalia que “[...]‘educar’ e ‘organizar’ eram, nesse contexto, sinônimos de adequar as práticas econômicas e culturais dos colonos aos interesses do sistema capitalista dominante”.

Dada as circunstâncias do relativo distanciamento em relação aos serviços prestados pela SUDENE e COLONE e tendo em vista que, mesmo nas áreas I e II, onde estes foram mais efetivos, os objetivos na prática não foram alcançados, deduz-se que Santa Teresa seguiu um curso próprio. Não havendo a possibilidade de ver como encaixá-la, nesse ou noutro modelo.

Na perspectiva de Gadotti (2012, p. 13) a educação comunitária, entendida atualmente também como “educação sócio comunitária” ou ainda como “desenvolvimento comunitário” contribuem “com a organização e o fortalecimento dos laços de solidariedade entre populações empobrecidas ou discriminadas. A solidariedade e o espírito de comunidade não é algo dado. É construído historicamente”.

3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO NACIONAL: A DESINTEGRAÇÃO DO IDEAL COMUNITÁRIO?

Uma explicação plausível para tal questionamento poderá conduzir os moradores de Santa Teresa, a compreenderem as razões que teriam motivado o enfraquecimento do ideal comunitário, que outrora afluía tão intensamente, levando-os ao desenvolvimento do lugar, e atualmente já não é mais possível visualizá-lo tão nitidamente, ao ponto de algumas situações, ter-se a impressão de seu completo desaparecimento. Porque o trabalho comunitário perdeu o sentido de ser? Por que a preocupação com o outro, em ajudá-lo, já não existe mais na mesma intensidade como em outros tempos?

Os moradores de Santa Teresa, quando questionados nas entrevistas sobre o envolvimento das pessoas nas atividades comunitárias em outros tempos e nos dias atuais apontam que se a modernização em curso, incontestavelmente contribuiu para melhorar suas condições de vida, de um lado, do outro, lhes desagrada o desarranjo ou desalinho que seus ares têm causado, desatando os laços de solidariedade que os uniam. Por isso, há quem diga que preferia aqueles tempos, que apesar dos infortúnios, eram ricos e fartos de humanidade, ainda que estejam apenas vivendo de um saudosismo insustentável.

Quanto mais a cidade vai se definindo, mais distantes as pessoas vão ficando umas das outras. Fere-se então, um dos princípios em que a comunidade se baseia, pois, como Bauman (2003, p. 8), ressalta, “[...] numa comunidade, [...] nunca somos estranhos entre nós”.

Para Bauman (2003), um dos aspectos que teria influenciado na desagregação dos elementos que formam a base da comunidade sobre a qual trato, seria o aumento ininterrupto da velocidade do fluxo de informações e na substituição do contato pessoal, pela intermediação de outras ferramentas tecnológicas.

Exatamente essa fissura nos muros de proteção da comunidade se torna trivial com o aparecimento dos meios mecânicos de transporte; portadores de informação alternativa (ou pessoas cuja estranheza mesma é informação diferente e conflitante com o conhecimento internamente disponível) já podem em princípio viajar tão rápido, ou mais, que as mensagens orais originárias do círculo da mobilidade

humana “natural”. A distância, outrora a mais formidável das defesas da comunidade, perdeu muito de sua significação. O golpe mortal na “naturalidade” do entendimento comunitário foi desferido, porém, pelo advento da informática: a emancipação do fluxo de informação proveniente do transporte dos corpos. A partir do momento em que a informação passa a viajar independente de seus portadores, e numa velocidade muito além da capacidade dos meios mais avançados de transporte (como no tipo de sociedade que todos habitamos nos dias de hoje), a fronteira entre o “dentro” e o “fora” não pode mais ser estabelecida e muito menos mantida. (BAUMAN, 2003, p. 18-19).

Afinal, é possível associarmos a integração nacional como causa da desintegração do ideal comunitário? De que maneira, a integração nacional contribui para a desintegração do ideal comunitário ou interfere no funcionamento da vida comunitária?

A esse respeito, Fernandes (1972, p. 47) explica que:

Em toda a parte, quando a revolução urbana atinge o clímax e se consuma a integração nacional em todos os níveis sociais de organização da vida local – e tanto mais depressa se acompanhados de industrialização intensa – ela se esboroa, desintegrando-se e desaparecendo no seio de outras formações análogas ou nas cidades em expansão (FERNANDES, 1972, p. 47).

Muito embora, Santa Teresa não tenha sentido os efeitos da industrialização, pois não chegou a possuir indústrias, onde os preceitos do sistema capitalista se fazem sentir mais intensamente, ou melhor, dizendo, que podem ser vistos com mais nitidez, atuando no desmantelamento da organização e funcionamento da comunidade para adequar quem nela vive aos seus fins, o mesmo não aconteceu em relação à diferenciação social, ainda que pequena e despontando aos poucos, já pode ser vista e sentida pelos moradores. Eles se referem à urbanização e também a essa diferenciação, como causas da fissura nas relações comunitárias, alegando que quando as pessoas melhoram de vida mudam a forma de relacionar-se com o outro, tornando-se mais egoístas.

Dona Luzia², moradora antiga do lugar, considera que a intensificação da diferenciação é o que vai também desligando as pessoas dos interesses comuns que as uniam.

Naquela época, [...] eu acho que o povo era mais unido. Eu encontrava mais união. Eu vou te colocar uma coisa, que a gente... melhorar a situação é muito bom, todo mundo precisa sobreviver, só que tem muita gente que não sabe usar o que adquire de vantagem pra sobreviver. O povo não são mais humilde que nem era naquela época não, se ajudava... Quando tinha um doente, a gente saía pedindo. Eu cansei, aqui nesse lugar, nessa rua nossa, eu cansei de fazer funeral... mas sozinha não, nós se reunia tudinho, quando a pessoa falecia que não tinha nada, nós saía na rua pedindo. Fazia mortalha, mandava fazer caixão, [...] O povo era mais solidário. Aí quando arranja condição, todo mundo se fecha, minha filha, cidade já é o nome de cidade. Todo mundo se fecha. É um egoísmo tão grande, [...] eu me pergunto muito isso, porque nós era uma comunidade tão unida, de um jeito... Era pro trabalho comunitário, era pra tudo, enquanto hoje quem é que quer mais fazer um trabalho

² Entrevista concedida por Dona Luzia, 76 anos em Presidente Médici no dia 28 de janeiro de 2016.

desse? Ninguém faz... [...] é muito bom quando as pessoas enrica, mas quando elas enrica e não sabe aproveitar se torna egoísta no meio da comunidade. [...] eu que o digo, a gente melhorou de situação, mas chegou o egoísmo na casa da gente também. (Dona Luzia, depoimento).

O progresso não é impeditivo, no entanto, há que se manter certa vigilância quanto as suas implicações e qual o preço a se pagar por ele. A grande questão é a maneira como ele interfere e a forma como afeta a vida na comunidade, as relações comunitárias.

Na concepção de Wagley (1972), em casos nos quais os índices de pobreza de algumas comunidades são extremamente elevados, sem condições de iniciarem um programa comunitário para o desenvolvimento não resta alternativa, senão, a intervenção estatal, ou seja, a inclusão no plano de integração nacional. Essa é a discussão que o autor apresenta em *O desenvolvimento comunitário como dilema nacional*. Ao analisar Itá, uma comunidade amazonense, sugere que sem o auxílio do governo, esse local não seria capaz de se desenvolver.

[...]. Sozinhos não poderão os habitantes de Itá se alfabetizar; precisam de professores e outros auxílios externos. Não podem curar suas moléstias sem conhecimentos e pessoal científicos, que não possuem. Não podem produzir mais alimentos sem noção e instrumentos que terão de lhes ser fornecidos pelos centros mais “adiantados” do Brasil. (WAGLEY, 1972, p. 519).

No entanto, Wagley (1972) não descartou os riscos que essas comunidades podem correr no caso de a inovação ocorrer em doses maiores do que elas necessitam. Ele considera que a forma de evitá-los reside no ato de conhecer e respeitar o contexto e o meio em que estas estão inseridas. Pois, poderia gerar o efeito contrário, posto que, aqueles em posição privilegiadas poderiam se aproveitar do processo impedindo o alcance dos demais.

O sentido da transformação social de uma sociedade e o efeito das inovações devem ser previstos dentro dos limites de nossa capacidade para assim proceder, pois existem perigos na assistência técnica. Uma transformação rápida imposta a um povo poderá desorganizar seus sistemas sociais e sua cultura tradicional a ponto de se perder mais do que se ganha. São muitos os exemplos que nos oferece o mundo de grupos primitivos camponeses transformados em miseráveis trabalhadores agrícolas, mineiros e operários de fábricas – em pessoas despojadas de seus valores e instituições tradicionais, sem qualquer possibilidade de participar da nova sociedade (WAGLEY, 1972, p. 524).

No artigo em que Brancaleone (2008) se propõe a revisar a principal obra de 1887, já citada, do sociólogo Ferdinand Tönnies, *Comunidade e Sociedade*, é deixado claro que o autor referenciado, afirma ser a urbanização um fator que afeta estrutura da comunidade, desestabilizando e ruindo os pilares de sua edificação.

Na passagem do modo de vida rural para o urbano, teríamos o desencadeamento de uma ruptura na organização desses núcleos de sociabilidade. Quanto mais se multiplicava a vida da cidade – ou seja, à medida que o mercado estimulava o desenvolvimento hipercefálico da urbe –, mais perdiam forças os círculos de parentesco e vizinhança como motivos de sentimentos e atividades comunitários. Enquanto o chefe de família – seja cidadão ou camponês – teria seu olhar voltado para dentro, para o interior da comunidade, os novos atores despertos pelas potências do mercado urbano (como a classe de comerciantes), por sua vez, dirigiriam sua atenção para fora, para transpor territórios. Esse processo Tönnies descreveu, esquematicamente, como a transição da predominância social da vontade natural para a vontade arbitrária, que em termos espaciais se deu como a submissão do campo ou da pequena cidade à dinâmica da vida metropolitana (BRANCALEONE, 2008, p. 3).

O professor Coimbra relata que o trabalho comunitário em Santa Teresa nos dias atuais, se comparado a outros tempos, teve uma redução nítida e expressiva.

Mudou muito, é muito difícil, eu vou dar um exemplo aqui, desde o ano passado que nós estamos reformando a igreja, tá sendo reformada toda através de serviço comunitário, coletivo. Só que nem se compara com o que foi a construção do Colégio Santa Teresa, a construção do centro comunitário, a construção do clube de mães e outras entidades que foram construídas com o serviço comunitário. Hoje tá construindo, mas é poucas pessoas que comparecem, e sempre as mesmas pessoas porque como a situação financeira muda muitas pessoas acham que como os católicos pagam dízimo a igreja tem muito dinheiro, devia não colaborar mais porque a igreja pega um pouco do dinheiro que tem festejo da padroeira da cidade acham que não tem mais responsabilidade com a construção do serviço comunitário. (Professor Coimbra, depoimento³).

De um modo geral, os moradores atribuem à emancipação política do lugar como a causa principal da crise que ocasionou o distanciamento da população e o relativo abandono das práticas comunitárias em Santa Teresa.

Eles argumentam que com a criação do município, práticas até então comuns, baseadas na solidariedade, como o trabalho em regime comunitário, e a organização de mutirões foram aos poucos desaparecendo.

Quando Santa Teresa ainda era município de Turiaçú, depois foi pra Santa Luzia, que não era os prefeitos de Santa Teresa... Em Santa Teresa o pessoal se amava demais. Era unido. O que acabou a gente aqui, [...] essa alegria, foi esse negócio de político [...]. E era todo mundo alegre, todo mundo feliz, era muito unido. Aqui era muito bom... [...] veio esse negócio político, [...] e começou os dois grupos. (Professora Mariazinha, depoimento⁴).

³ Entrevista concedida em 28 de janeiro de 2016, na cidade de Presidente Médici pelo Professor Antônio Ferreira Coimbra, 51 anos, conhecido como Professor Coimbra.

⁴ Professora Maria do Carmo da Silva Lima (conhecida como professora Mariazinha). Entrevista realizada em Presidente Médici no dia 27 de janeiro de 2016.

Os moradores consideram que essa mudança na vida política local, enfraqueceu o ideal comunitário e alterou substancialmente a relação no interior da comunidade, dividindo-os em dois grupos opostos, que a partir disto passaram a disputar o poder.

[...] foi questão política né, a política do município [...] uma briga política, politiqueira [...] que envolvia né grupos tanto que muitas pessoas afirmam que essa briga, essa separação que havia mexeu muito com a forma de viver das famílias daqui do período, que havia muita união, a ideia de comunidade e que quando a cidade se tornou, foi emancipada, aí surgiu essa separação né, porque já envolvia a questão do dinheiro, a questão do poder. (Professora Roberta, depoimento⁵).

No relato de Dona Luzia, no trecho em que ela chama a atenção para a questão da municipalização do Colégio Santa Teresa, há um aspecto relevante referente à evolução da vida política do lugar que não pode ser ignorado.

[...]. Eu digo que foi o passo mais mal dado [...] municipalizar a escola. Foi o passo perdido que não teve fruto nenhum, só teve ruim, porque, eu vou te colocar, prefeitura nenhuma trabalha junto com o povo. Trabalha com o grupo, mas com o povo não trabalha. [...] acho que nós já somos cientes disso. Quando o povo entrava ali, entrava com o compromisso de que? Sinceridade, fazer um trabalho sincero [...] A vantagem era essa, o Prefeito não tava metendo o bico lá. Então todo aluno era tratado igual. (Dona Luzia, depoimento).

Trata-se, na verdade, da intensificação do poder público, ou seja, da crescente municipalização e institucionalização do poder, que ocupou os espaços antes geridos e sustentados pelo trabalho comunitário. A prestação de serviços públicos, característica típica do novo cenário, exigiu menos iniciativa dos mutirões e do trabalho de cooperação. Deixa de ser interessante para o poder público repartir sua área de atuação e, sobretudo, com quem possa transformá-la em palco de atuação dos atores políticos que sejam ou lhes façam oposição. Soma-se a isso, o interesse em desestimular o espírito de cooperação e alimentar a dependência da população em relação à prefeitura.

Quanto à chance de a comunidade, uma vez ‘desfeita’, voltar a se reconstruir, Bauman (2003, p.18), é enfático quando diz que:

[...] uma vez ‘desfeita’, uma comunidade, ao contrário da fênix com sua capacidade mágica de renascer das cinzas, não pode ser recomposta. E se isso acontecer, não será da forma preservada na memória (mais exatamente, invocada por uma imaginação cotidianamente assolada pela insegurança perpétua).

⁵ Entrevista concedida em 08 de fevereiro de 2016, na cidade de Presidente Médici por Roberta Kellis Ramos, 33 anos.

4 REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM SANTA TERESA DO PARUÁ

A matéria-prima da qual a comunidade se origina, não há de ser outra, senão a reunião de pessoas, intimamente ligadas em função de interesses comuns a todos ou da maioria. O que significaria abdicar de forma voluntária da vontade exclusivamente individualista, para atender aos anseios da vontade geral. Não é uma vontade imposta, porém voluntária, reconhecida e comungada por todos. Todavia, isso não isentaria os que vivem e integram a comunidade de discutir “[...], mas são discussões amigáveis, [...] e, embora levados pela mesma vontade de melhorar a [...] ‘vida em comum’, podem ‘discordar sobre como fazê-lo’ [...]” (BAUMAN, 2003, p. 8).

O Pe. Dinis soube muito bem captar a essência dos valores que circundavam o lugar, e aproveitar o potencial “natural” da comunidade que já se encontrava difuso entre os moradores, como as práticas da solidariedade vicinal, o compadrio e a proximidade parental.

E para tanto, foi necessário desenvolver ações, que consistiram em intensificar a participação assídua das pessoas em reuniões, para discutirem e decidirem o que deveriam fazer para melhorar o lugar em que estavam inseridos. As reuniões eram frequentes, sempre acompanhadas pela fala de incentivo do Pe. Dinis, que nutria e alimentava a vontade das pessoas de quererem mais e maior participação na tomada de decisões.

Os moradores que viveram essa fase de intensa inserção nos debates comunitários costumam relatar que bastava o sino soar ou a “voz da comunidade” chamar, para o salão comunitário ser ocupado por todos. “[...] Tudo era reunião com o povo e era o dia todinho, eu nunca vi povo gostar de se reunir como aquele povo de Santa Teresa, era de sábado e domingo direto”. (Professora Eliane, depoimento⁶). Isso leva a constatar que o “entendimento” sobre o qual Bauman (2003) se refere, não só estava lá, como também fora este, o ponto de partida.

Entretanto, é preciso que alguns cuidados sejam tomados para não nos determos a uma visão demasiadamente simplista, como se tudo na comunidade já estivesse pronto, um organismo em perfeito estado de equilíbrio, que resultasse da espontaneidade, de determinismos, levando a uma naturalização exagerada dos fenômenos sociais diversos, concebendo-os equivocadamente sob o espectro providencialista e a-histórico.

⁶ Entrevista concedida em 03 de janeiro de 2015, na cidade de Presidente Médici pela Professora Eliane Feitosa Rêgo, 63 anos.

Não se está negando, a inclinação natural da comunidade ao “entendimento”, como observou Bauman (2003). O que quero dizer é que essa inclinação não pode ser confundida com automatização, pois sob essa ótica, a relevância do papel social praticamente desapareceria.

Muito embora esses elementos já estivessem lá, de nada adiantaria a boa vontade do Pe. Dinis, do seu senso de liderança aguçado, sem que houvesse a participação dos moradores, aceitando fazer concessões a experiências maiores, que exigiam mais dedicação que não mais só a ajuda prestada ao vizinho, ao compadre. Seja como for, é prudente que o olhar para a comunidade seja despido da ingenuidade, para que não se detenha em foco unilateral, raso e relativizado.

A questão que Bauman (2003) coloca é que dificilmente sobre esse mesmo chão os homens serão capazes de construir novamente o mesmo alicerce reconstruindo o mesmo edifício. Ainda que queiram ou tentem, os materiais dos quais dispõem para construir o alicerce, são outros, totalmente diferentes e incompatíveis com o tipo de solo e a obra não pode então, ser mais recriada ou reerguida.

Em contrapartida, Sennett (2012), apresenta em uma de suas publicações, *Juntos, os rituais, os prazeres e a política da cooperação*, uma visão mais otimista em relação à capacidade da comunidade se reconstruir ou se refazer. O autor considera que a “cooperação”, um dos pilares fundamentais de sustentação da comunidade, é completamente passível de “recuperação”, desde que as pessoas estejam dispostas a avaliar a proporção do reparo e desejem fazer as intervenções necessárias para restabelecer as pontes e acessos ao trabalho comunitário. O regime de trocas, o trabalho em mutirão, a cooperação e práticas da vida comunitária não podem ser comparadas a “um ‘objeto hermético’, que não comporta ‘intervenções’ e [...] uma vez danificado perde toda possibilidade de recuperação; [...] suas origens – sejam genéticas ou no inicial desenvolvimento da humanidade – são na verdade duradoras; são passíveis de conserto”. (SENNETT, 2012, p. 257).

O “conserto”, neste caso, é possível uma vez que, o foco não é o de manter-se inteiramente fiel ao projeto original, não se trata de juntar os cacos, apenas substituir as partes desgastadas, mas enxergar nesse aspecto uma “abertura a diferentes possibilidades que não sejam apenas o inteiramente novo ou como se fosse novo”, e sim na “política” da “mudança, abrangendo rupturas históricas sem se fixar no puro e simples fato do dano” (SENNETT, 2012, p. 265).

5 CONCLUSÃO

A leitura que se faz de Bauman (2003) e Fernandes (1972) e a análise dos depoimentos levam a deduzir que as modificações processadas historicamente, próprias da dinâmica social, política e econômica do lugar, cada vez mais capitalista, desestabilizou a estrutura comunitária, organizada e elaborada com elementos distintos dos apregoados pelo capitalismo.

Os espaços de interesse coletivo, construídos pelos próprios moradores e com as orientações do Pe. Dinis, para discutir, analisar, propor e resolver assuntos mais abrangentes da vida social ampla foram reduzidos.

Fortalecer atitudes, valores e novas formas de cooperação, com certeza, não é uma tarefa fácil diante desse novo contexto. A questão é se concentrar no que essa experiência tem a dizer à sociedade atual e aproveitar o potencial proveniente do saber construído.

Os valores desse trabalho não desapareceram. Estão vivos, permanecem pulsantes e latentes, sempre atuais e necessários para uma educação que possa pensar na emancipação social, política, econômica e cultural dos sujeitos, comprometidos por sua vez, com a transformação da comunidade e do mundo no qual vivem.

Por isso, vale a pena o esforço em manter acesa a memória dessa rica experiência. O grande desafio hoje é encontrar ou pensar em novas possibilidades de intervir juntos. Desafio este, que julgo poder ser o início de um novo projeto, afim de que o legado permaneça vívido.

THE COMMUNITY EXPERIENCE IN THE OLD SANTA TERESA DO PARUÁ: SOME REFLECTIONS ON COMMUNITARIANISM AND THE MODEL OF COMMUNITY DEVELOPMENT

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the process that culminated in the model of community development adopted by the residents of the former Santa Teresa do Paruá, presently President Medici/MA. The theme is based on the research I developed in my master's dissertation, which proposed to reconstruct the history of the Santa Teresa College – a space for community education, which was known for offering, among other benefits, quality teaching, highlighting the methods of Based on the subjects' autonomy and reflective thinking. The study revealed that the community stimulated by the progressive perception of the Portuguese Comboni Father, Armindo Dinis, found in community work the opportunity of

his social transformation. And it was in view of him, that was unfolded around the 70's and 80's, the set of actions responsible for the construction of several important community works, among them, Santa Teresa College. On the other hand, it has shown that community ideals are currently weakened. Thus, there is also an interest in analyzing and discussing the challenges and dilemmas that this experience has represented for the community over time. In order to develop this study, we used bibliographic review and Oral History methodology (using interviews, listening and analyzing data from people who somehow lived on the theme of this research).

Keywords: Community. Community Development. Social Transformation. Challenges and dilemmas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade**: A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 2, 2008. Disponível em <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n2/rcs_v39n2a7.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: **Congresso Internacional de Pedagogia Social**. São Paulo: Proceedings online... Associação Brasileira de Educadores Sociais, n. 4, v. 2, p. 1-36, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2016.

MANHÃES, L. C. S. **Educação e lutas sociais na colonização dirigida do Alto Turi maranhense - 1962/1984**. 1987. 319f. Dissertação de Mestrado da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 1987. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9075>>. Acesso em 12 fev. 2016.

QUEIROZ, M. I. P. O povoado de Santa Brígida. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, série 2, v. 7, 1991. (Biblioteca básica de ciências sociais).

SENNET, R. **Juntos – os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

WAGLEY, C. O desenvolvimento comunitário como dilema nacional. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

WOLLMANN, W.; THIEL, R. 1983: Presidente Médiçi. In: HENGEMÜLLE, E. **25 anos de Presença Lassalista no Norte e Nordeste do Brasil**. Canoas, RS: Gráfica e Editora La Salle, 2000.